



**CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024**

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



**GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

**Senhores Acionistas:** A administração da PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, bem como aos nossos usuários, fornecedores e demais entidades com as quais mantemos relações e a comunidade sul rio-grandense, as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **A DIRETORIA**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

ATIVO				PASSIVO			
	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>CIRCULANTE</b>		<b>233.932</b>	<b>240.362</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>140.454</b>	<b>135.937</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.a	112.724	125.860	FORNECEDORES	4.n	18.785	23.825
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		112.724	125.860	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.o	24.322	23.231
CRÉDITOS		108.534	98.123	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.p	30.718	25.769
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	75.128	76.096	PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	4.q	30.549	26.892
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(3.384)	(2.487)	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	34.100	34.400
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.013	1.875	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.r	1.980	1.820
IMPOSTOS E CONTRIB. A RECUPERAR E COMPENSAR	4.e	30.526	19.897				
OUTROS CRÉDITOS	4.f	5.252	2.742	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>17.211</b>	<b>33.201</b>
ESTOQUES		618	1.318	FORNECEDORES	4.n	52	7.329
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.g	5	37	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	17.159	25.872
MATERIAIS INDIRETOS	4.g	262	503				
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.h	350	778	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>157.665</b>	<b>169.138</b>
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	12.056	15.061				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>68.776</b>	<b>90.412</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		22.487	28.953	CAPITAL SOCIAL		203.219	203.219
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS/JUDICIAIS	4.j	22.435	21.625	CAPITAL SUBSCRITO	6.a	203.219	203.219
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	51	7.329	RESERVAS DE CAPITAL		8	8
INVESTIMENTOS	4.k	151	151	C.M. DO CAPITAL REALIZADO		8	8
IMOBILIZADO	4.l	44.864	59.300	PREJUÍZO ACUMULADO	6.b	(58.184)	(41.591)
INTANGÍVEL	4.m	1.273	2.008				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>302.708</b>	<b>330.774</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>145.043</b>	<b>161.636</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>302.708</b>	<b>330.774</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

	Nota Explicativa	2024	2023
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>7.a</b>	<b>515.621</b>	<b>520.779</b>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(76.205)	(73.185)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>439.416</b>	<b>447.594</b>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	7.b	(356.732)	(305.504)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>82.684</b>	<b>142.090</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(105.408)</b>	<b>(98.885)</b>
DESPESAS COM VENDAS	7.c	(10.817)	(9.428)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	7.d	(105.831)	(104.982)
DESPESAS FINANCEIRAS	7.e	(388)	(533)
RECEITAS FINANCEIRAS	7.e	11.629	16.058
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		7.393	1.900
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(15.331)</b>	<b>45.105</b>
OUTRAS RECEITAS		76	4
OUTRAS DESPESAS		(1.338)	(6)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(16.593)</b>	<b>45.103</b>
IMPOSTO DE RENDA	7.f	-	(8.682)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.f	-	(3.242)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.g</b>	<b>(16.593)</b>	<b>33.179</b>
Prejuízo por lote de mil ações		0,02	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

	2024	2023
<b>1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(16.593)	33.179
<b>AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:</b>		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	28.162	19.087
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	3.384	2.487
<b>RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>14.953</b>	<b>54.753</b>
<b>VARIAÇÕES DO ATIVO</b>		
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(1.519)	(4.688)
AUMENTO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	(10.629)	(16.695)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(1.648)	(1.892)
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(811)	3.095
REDUÇÃO DOS ESTOQUES	700	1.394
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	10.283	9.024
<b>VARIAÇÕES DO PASSIVO</b>		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	5.864	3.836
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	57	26
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	448	996
AUMENTO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS-PPR A PAGAR	2.845	(111)
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	1.126	725
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(12.317)	(6.757)
REDUÇÃO ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	-	(313)
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/LUCRO	(482)	482
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	(9.013)	(5.660)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(143)</b>	<b>38.213</b>
<b>2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	1.338	6
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(13.936)	(51.966)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(395)	(499)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(12.993)</b>	<b>(52.459)</b>
<b>3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(13.136)</b>	<b>(14.246)</b>
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>SALDO INÍCIO PERÍODO</b>	<b>125.860</b>	<b>140.106</b>
CAIXA	26	27
BANCOS	8.282	1.065
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	104.416	124.768
<b>SALDO FINAL PERÍODO</b>	<b>112.724</b>	<b>125.860</b>
<b>VARIAÇÃO</b>	<b>(13.136)</b>	<b>(14.246)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDO EM 31/12/2022</b>	<b>203.219</b>	<b>8</b>	<b>(74.770)</b>	<b>128.457</b>
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	33.179	33.179
<b>SALDO EM 31/12/2023</b>	<b>203.219</b>	<b>8</b>	<b>(41.591)</b>	<b>161.636</b>
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	(16.593)	(16.593)
<b>SALDO EM 31/12/2024</b>	<b>203.219</b>	<b>8</b>	<b>(58.184)</b>	<b>145.043</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua >>>

>>> Continuação



**CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024**

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



**GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

**1. Contexto Operacional**

A Procergs – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criada pela Lei Estadual nº 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração pública direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas.

**2. Regime Tributário**

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais e/ou nas melhores estimativas.

**3. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em R\$ 1.000 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária (Art.176 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei nº 11.638 de 28/12/2007, pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009).

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28/02/2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10/03/2025.

**4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis**

**(a) Disponibilidades**

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Disponibilidades	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	26	27
Depósitos Bancários a Vista	8.282	1.065
Títulos de Aplicações Financeiras e SIAC	104.416	124.768
<b>Total</b>	<b>112.724</b>	<b>125.860</b>

**(b) Contas a Receber de Clientes**

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber de clientes, no encerramento do exercício, tinha a seguinte composição: Dos R\$ 75.128 vencidos e a vencer até 31/12/2024, foram recebidos até 19/02/2025, R\$ 47.270 a vencer e R\$ 7.043 vencidos, que perfazem 72,2% do valor total do saldo do contas a receber de clientes.

Créditos em Aberto	2024		2023	
	Por Segmento de Mercado	Soma	Por Segmento de Mercado	Soma
<b>Vencidos até 2022</b>		<b>6.887</b>		<b>7.343</b>
- Administração Direta do RS	3.757		4.122	
- Administração Indireta do RS	1.344		1.326	
- Outros Mercados	1.471		759	
- Outros Poderes	315		1.136	
<b>Vencidos em 2023</b>		<b>3.451</b>		<b>16.601</b>
- Administração Direta do RS	1.634		11.964	
- Administração Indireta do RS	804		3.164	
- Outros Mercados	780		364	
- Outros Poderes	233		1.109	
<b>Vencidos em 2024</b>		<b>12.565</b>		<b>52.152</b>
- Administração Direta do RS	9.593		26.317	
- Administração Indireta do RS	1.398		23.738	
- Outros Mercados	986		189	
- Outros Poderes	588		1.908	
<b>Vencidos em 2025</b>		<b>52.225</b>		
- Administração Direta do RS	29.555		-	
- Administração Indireta do RS	16.211		-	
- Outros Mercados	5.607		-	
- Outros Poderes	852		-	
<b>Total</b>		<b>75.128</b>		<b>76.096</b>

**(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa**

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a Procergs não seja controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996. O valor provisionado em 31/12/2024 é de R\$ 3.384 e é considerado suficiente para expectativa de perdas prováveis na realização dos créditos, representando os valores vencidos há mais de 180 dias.

Vencidos	Administração Direta e Indireta do RS	Outros Mercados	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
Mais de 180 dias	10.147	3.384	13.531	9.463
Mais que 90 e inferior a 180 dias	1.744	440	2.184	888
Mais que 30 dias e inferior a 90 dias	2.299	262	2.561	2.853
Até 30 dias	4.341	287	4.628	10.740
<b>Total</b>	<b>18.531</b>	<b>4.373</b>	<b>22.904</b>	<b>23.944</b>

**(d) Créditos de Pessoal**

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de 13º salário, diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

Créditos de Pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Antecipações de 13º salário	0	0
Antecipações de Férias	1.001	1.873
Adiantamentos de Viagens/Diárias	12	2
<b>Total</b>	<b>1.013</b>	<b>1.875</b>

**(e) Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar**

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, referentes a créditos de impostos permitidos em lei ou retidos de fornecedores e as contribuições a compensar em pagamentos futuros. Os créditos de PASEP e COFINS são utilizados dentro da própria competência em que são registrados.

O acréscimo em Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar refere-se ao saldo de IRRF quando do recebimento de faturas de clientes, utilizado para pagamento do IRPJ apurado sobre o lucro real (fiscal) no mês seguinte ao da retenção. Durante 2024, foi utilizado parte do saldo existente até 2023, para pagamento por compensação de outros tributos federais (PASEP e COFINS), no valor de R\$ 9.179. O restante do saldo de 2023, foi utilizado em janeiro e fevereiro de 2025, para compensação de PASEP e COFINS. Os valores retidos em 2024, poderão ser utilizados dentro de 2025, assim que for entregue o SPED/ECF, com a apuração anual do IRPJ.

Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	31/12/2024	31/12/2023
PASEP e COFINS a Compensar - Lei 10.637/02 e 10.833/03	1.201	1.232
IRPJ / CSLL retidos de Clientes a Recuperar	26.149	14.997
Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	13	513
IRRF, PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL, ISSQN e ICMS a Compensar	3.163	3.155
<b>Total</b>	<b>30.526</b>	<b>19.897</b>

**(f) Outros Créditos**

São contabilizados bloqueios judiciais, reembolsos de funcionários cedidos e plano de saúde parte de responsabilidade dos funcionários, descontado em folha de pagamento.

Outros Créditos	31/12/2024	31/12/2023
Bloqueio Judicial	15	175
Outros Créditos	300	21
Reembolso Funcionários Cedidos	4.937	2.546
<b>Total</b>	<b>5.252</b>	<b>2.742</b>

**(g) Estoques de Materiais**

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição.

**(h) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo**

Os custos diferidos serão levados a resultado, quando do reconhecimento da receita correspondente. Ficaram diferidos no exercício, ordens de serviços abertas em 2024 com expectativa de receita para o próximo exercício.

Diferidos em Exercícios Anteriores		
Valor Diferido em 2024	(661)	778
Acréscimo ao Diferido, em 2024, de Exercícios Anteriores	11.703	
<b>Total dos Valores Diferidos em 2024</b>		<b>11.042</b>
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(117)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(11.353)	
<b>Total Apropriado como Custo em 2024</b>		<b>(11.470)</b>
<b>Valor Diferido para Exercícios Futuros</b>		<b>350</b>

**(i) Despesas do Exercício Seguinte**

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante e Não Circulante o valor total da operação e a medida em que a despesa se realize apropria no resultado do período, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos, considerando os valores a serem apropriados até 31/12/2025 (Curto Prazo) e os valores a partir de 01/01/2026 (Longo Prazo). Em Licenças de uso de software, estão os contratos com fornecedores de subscrições de licenças, de longo prazo, que o custo é apropriado mensalmente.

Despesas do Exercício Seguinte	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024	Curto Prazo 31/12/2023	Longo Prazo 31/12/2023
Prêmios de Seguros a Apropriar	145	0	126	0
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	2.142	0	1.803	0
Vale Transporte a Apropriar	26	0	39	0
Licença de Uso Software a Apropriar	9.731	52	13.078	7.329
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	12	0	15	0
<b>Total</b>	<b>12.056</b>	<b>52</b>	<b>15.061</b>	<b>7.329</b>

**(j) Depósitos Judiciais**

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas que estão em discussão na justiça. Os depósitos a título de garantia do juízo, que são efetuados em ações em que a expectativa de perda ainda é considerada, pela área jurídica, como possível ou remota, não são constituídas provisões, conforme a norma contábil. Esses desembolsos são efetuados pela companhia, para ter a possibilidade de recorrer de decisões. Para os valores considerados como perda provável, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências Trabalhistas.

**(k) Investimentos**

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A,

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

**(l) Imobilizado**

Os ativos imobilizados adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

Em 2024, em virtude da enchente de maio, que afetou algumas áreas da companhia, ocorreram perdas de bens. Esses bens foram devidamente baixados da contabilidade, e suas baixas foram computadas em perdas no valor de R\$ 1.338. Também houve o recebimento do seguro, no valor de R\$ 6.000 referente a esses bens.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, realizado em nov/2024, não foram identificadas perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2023	Aquisições	Depreciação do Período	Baixas no Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2024
Equipamentos de produção	52.294	10.816	(25.985)	(1.338)	35.787
Equipamentos de Apoio	183	2.573	(440)	-	2.316
Instalações/Móveis e Utensílios	2.103	383	(303)	-	2.183
Outros Bens Imobilizados	4.720	162	(304)	-	4.578
<b>TOTAL</b>	<b>59.300</b>	<b>13.934</b>	<b>(27.032)</b>	<b>(1.338)</b>	<b>44.864</b>

**(m) Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus intangíveis, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, realizado em nov/2024, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2023	Aquisições	Amortização do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2024
Software	2.008	394	(1.129)	1.273

**(n) Fornecedores**

O saldo de fornecedores está subdividido em Fornecedores de Curto Prazo e Fornecedores de Longo Prazo. O valor com vencimento em Curto Prazo até 31/12/2025 era de R\$18.785 sendo que neste está incluído R\$2.769 lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento, para obedecer o princípio da competência. Em Longo Prazo, o saldo de R\$52 refere-se aos contratos de fornecedores Unisys 5635-00 e Storageone Comércio de Serviços Ltda. 5490-00 em que os vencimentos ultrapassam 31/12/2025.

A seguir, quadro demonstrativo de valores devidos a fornecedores, por vencimento. O valor de vencidos há mais de 180 dias referem-se a fornecedores com valor suspenso de pagamento por falta de apresentação de documentação obrigatória ou mesmo pelo encerramento das atividades do fornecedor, sem a devida cobrança. O valor vencido de até 30 dias, foi liquidado em 06 de janeiro de 2025.

Fornecedores	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024	Curto Prazo 31/12/2023	Longo Prazo 31/12/2023
Mais de 180 dias	893	-	825	-
Até 30 dias	7	-	1.529	-
A vencer	17.885	52	21.471	7.329
<b>Total</b>	<b>18.785</b>	<b>52</b>	<b>23.825</b>	<b>7.329</b>

**(o) Obrigações Tributárias**

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e também valores diferidos para o futuro referente a base de cálculo ainda não realizada, conforme a legislação. Os tributos Retidos na Fonte são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF retidos de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	31/12/2024	31/12/2023
ISSQN	1.008	1.256
PASEP	1.414	1.358
COFINS	6.526	6.267
ICMS /FUST / FUNTEL	206	201
CPRB INSS S/ROB (LEI 12.546)	5.245	4.869
IRPJ	0	351
CSLL	0	131
IR Retido na Fonte	9.311	8.264
Outros Tributos Retidos na Fonte	612	534
<b>Total de Obrigações</b>	<b>24.322</b>	<b>23.231</b>

**(p) Obrigações Sociais e Trabalhistas**

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, de valores advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões, saldo de PPR a pagar, apropriado em 2024 e obrigações sindicais a pagar mensalmente.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
Folha de pagamento	11.240	9.690
INSS	2.462	1.930
FGTS	1.952	1.828
Rescisões	100	204
PPR	14.924	12.078
SINDPPD / Imposto sindical / Dissídio	40	39
<b>Total</b>	<b>30.718</b>	<b>25.769</b>

**(q) Provisões de Férias e Encargos**

Neste item são registrados os valores de férias devida a funcionários e os respectivos encargos (INSS e FGTS), à fração de 1/12 avos ao mês, calculados pela folha de pagamento.

Provisões Trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Férias e Encargos	30.549	26.892
<b>Total</b>	<b>30.549</b>	<b>26.892</b>

**(r) Outras Obrigações**

Neste item registramos como consignações os valores de contratação de empréstimos por funcionários com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius retido em folha de pagamento e repassado aos beneficiários.

Como Obrigações, são registradas as cauções de contratos recebidos, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	31/12/2024	31/12/2023
Asprocergs	94	76
Procius (Parte funcionários)	507	489
Pensões Alimentícias	154	160
Bancos Empréstimos em Consignação	466	391
Acordos Trabalhistas a pagar	91	91
<b>Total Consignações</b>	<b>1.312</b>	<b>1.207</b>
Obrigações		
Procius (Parte empresa)	622	550
Cauções de Contratos	7	7
Estagiários	38	42
Outras Obrigações	1	14
<b>Total Obrigações Procergs</b>	<b>668</b>	<b>613</b>
<b>Total do Grupo</b>	<b>1.980</b>	<b>1.820</b>

**5. Provisões para Contingências Trabalhistas**

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria de Gestão Trabalhista. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que

>>> Continuação



**PROCERGS**  
CENTRO DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024**

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

possível que gerem necessidade de desembolso para fins de garantia. Essas ações estão conectadas ao processo principal sendo defendidas também pela Procuradoria-Geral, mantendo até esta data a mesma classificação de risco, conforme apresentada em parecer pela PGE e estando a Assessoria de Gestão Trabalhista de acordo.

**6. Patrimônio Líquido**

(a) **Capital Social**  
O valor do capital social subscrito é de R\$ 203.219 e está totalmente integralizado. O total de Ações é de 728.596.845 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	726.425.908	99,7
OI S.A.	ON	1.366.594	0,19
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	ON	431.557	0,06
IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,05
<b>Total das Ações</b>		<b>728.596.845</b>	<b>100</b>

**(b) Prejuízo Acumulado**

O prejuízo acumulado apresentado, no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	(41.591)	(74.770)
Resultado Líquido no Exercício	(16.593)	33.179
<b>Saldo Final de Prejuízo Acumulado</b>	<b>(58.184)</b>	<b>(41.591)</b>

**7. Resultado Do Período**

**(a) Receita Operacional Bruta**

A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 515.621 apresentando um decréscimo nominal de R\$ 5.158 (1%) em relação ao exercício de 2023. O decréscimo se deve à perda de faturamento em maio, em decorrência da enchente e o desligamento do data center. Os valores faturados para as entidades da administração direta e indireta do RS que fazem parte das partes relacionadas, estão abaixo, sendo que todo o faturamento baseia-se em contratos firmados com estas entidades. A Receita Bruta faturada para a empresa CORSAN, em 2023, foi de R\$ 62.696. Com a privatização da empresa em julho de 2023, a receita ficou dividida em Administração Indireta RS, de janeiro a julho (R\$ 38.543 ) e Outros Mercados de agosto a dezembro (R\$ 24.153). Em 2024, a receita bruta foi de R\$ 35.754 toda classificada em Outros Mercados.

Receita Operacional Bruta	31/12/2024	31/12/2023
Administração Direta RS	292.907	276.980
Administração Indireta RS	168.048	196.601
Outros Poderes	9.956	11.440
Outros Mercados	44.710	35.758
<b>Total da Receita Operacional Bruta</b>	<b>515.621</b>	<b>520.779</b>

**(b) Custos dos Serviços Prestados**

Houve um aumento desproporcional, em relação à receita, dos custos sobre os serviços prestados, devido a enchente ocorrida entre abril e maio de 2024. Com isso, houve a queda de faturamento devido ao desligamento do data center da companhia. Em pessoal, houve um crescimento de 15,76% em relação ao exercício anterior, devido ao aumento de pessoal próprio com o ingresso de 209 novos funcionários, sendo 85 no primeiro semestre e 124 no segundo semestre de 2024. Também os reajustes de salários e benefícios em julho de 2023 que impactaram de forma integral em 2024. O crescimento dos serviços da fábrica de software para atender as demandas de clientes. A depreciação teve um aumento expressivo devido a novas aquisição de equipamentos advindos dos investimentos feitos a partir do aporte de capital em 2022.

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados à Operação	288.771	249.438
Custos de Insumos ligados a Operação	69.697	62.794
Depreciação e Amortização	27.513	18.556
Outros Custos	738	482
(-) Lei do Bem	-	(279)
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(29.987)	(25.487)
<b>Total dos Custos de Serviços Prestados</b>	<b>356.732</b>	<b>305.504</b>

**(c) Despesas Com Vendas**

Despesas com Vendas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal da Área Comercial	9.910	8.994
Despesas da Área Comercial	4	4
Depreciação e Amortização	6	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	897	424
<b>Total das Despesas com Vendas</b>	<b>10.817</b>	<b>9.428</b>

**(d) Despesas Administrativas**

O crescimento em despesas administrativas, se deu, principalmente devido à enchente de maio, onde a companhia precisou desembolsar valores extras com serviços e materiais de instalações e infraestrutura, bem como contratar aluguel de geradores, para o retorno das operações normais. O valor de R\$ 9.886 em Recuperação de Despesas, refere-se ao processo nº 50366102920148210001 Prefeitura Municipal de Porto Alegre, referente a recuperação de ISSQN recolhido no exercício 2006.

Despesas Administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal Administrativo	54.258	51.187
Despesas Administrativas	12.714	8.481
Depreciação e Amortização	642	524
Provisão para Contingências	18.318	20.377
Recuperação Despesas	(10.088)	(1.074)
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	29.987	25.487
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>105.831</b>	<b>104.982</b>

**(e) Resultado Financeiro**

Resultado Financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Juros Recebidos ou Auferidos	-	1
Rendimentos s/Aplicações Financeiras - SIAC	9.880	15.526
Correção Monetária	1.712	379
Atraso Pagamentos de Clientes	37	152
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>11.629</b>	<b>16.058</b>
Juros Pagos ou Ocorridos	(84)	(37)
Descontos Concedidos	(2)	(5)
Comissões e Despesas Bancárias	(15)	(15)
Multa s/Pagamentos em Atraso	(5)	(96)
Comissões s/Cobrança	(281)	(361)
Variações Monetárias de Obrigações	(1)	(19)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(388)</b>	<b>(533)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>11.241</b>	<b>15.525</b>

**(f) Tributos Sobre o Lucro**  
O regime de apuração adotado pela Procergs é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. Em 2023, o imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.  
Em 2024, a companhia, através da Procuradoria-Geral do Estado, na Ação Cível Originária nº 3.695, junto ao Supremo Tribunal Federal, objetivando o reconhecimento da imunidade tributária recíproca, nos termos do art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, obteve o deferimento de liminar, pelo Relator Ministro Edson Fachin, a qual foi referendada pelo Plenário do STF, em 11/11/2024. A liminar determinou que a União deixasse de cobrar os impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da Procergs, até o encerramento da ação. Assim, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa, mas CSLL, PASEP e COFINS não, pois a imunidade incide sobre impostos, não se estendendo as contribuições.  
No cálculo do Lucro Real, o resultado apurado também foi negativo, não havendo assim, base de cálculo positiva para pagamento do Contribuição Social, nem provisão para o próximo ano, pois as exclusões de lucros diferidos, foram todos adicionados ao resultado fiscal do ano, que resultou uma base negativa de R\$ 3.526.

Alíquotas Efetivas	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.593)	(16.593)	45.103	45.103
Alíquotas Vigentes	15%	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	-	-	6.765	4.059
<b>(+) Adições</b>				
Lucro das Faturas recebidas no ano	277.750	277.750	331.754	331.754
Acrescimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.171	23.171	26.198	26.198
Outras Adições	153	153	128	128
<b>(-) Exclusões</b>				
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(255.897)	(255.897)	(319.689)	(319.689)
Baixas da Provisão p/contingência trabalhista	(27.257)	(27.257)	(26.037)	(26.037)
Reversão de Provisão adicionada anteriormente	(4.853)	(4.853)	(5.821)	(5.821)
Lei do Bem	-	-	(167)	(167)
Outras Exclusões	-	-	(4)	(4)
<b>(=) Lucro Real</b>	<b>(3.526)</b>	<b>(3.526)</b>	<b>51.465</b>	<b>51.465</b>
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%	-	-	(15.440)	(15.440)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(3.526)</b>	<b>(3.526)</b>	<b>36.026</b>	<b>36.026</b>
IRPJ e CSLL a Pagar	-	-	5.404	3.242
Adicional de IRPJ de 10%	-	-	3.579	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	(216)	-
Prorrogação licença maternidade	-	-	(84)	-
<b>Valor Despesa de IRPJ e CSLL</b>	-	-	<b>8.682</b>	<b>3.242</b>
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>19,25%</b>	<b>7,19%</b>

**(g) Resultado Líquido do Período**

O Resultado Líquido do Exercício de 2024, apurado obedecendo ao princípio da competência, foi um prejuízo de R\$ 16.593, apresentando um decréscimo em relação ao resultado de 2023, devido aos eventos climáticos e queda de receita.

**8. Outras informações**

**(a) Coberturas de Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	328.649
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	502
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	*33.031

\* Referente Danos Materiais, Danos Corporais, Morte Acidental e Invalidez Permanente

**(b) Procius**

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto Assistencial da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para seus associados.

**09. Transações e saldos com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS24 e observando a Política interna de transações com Partes Relacionadas. Em 31 de dezembro de 2024 as partes relacionadas com a Procergs são: Estado do Rio Grande do Sul, OI S.A., Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores a seguir evidenciam as transações entre a Procergs as partes relacionadas.

**(a) Estado do Rio Grande do Sul**

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2024, aos órgãos, secretarias e fundações administradas pelo Estado do Rio Grande do Sul foi de R\$ 292.907 (R\$ 276.980 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 14.984 vencidos e R\$ 29.555 a vencer.

**(b) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN**

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2024, foi de R\$ 35.754 (R\$ 62.696 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 4.959 a vencer.

**(c) IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul**

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação no ano de 2024, foi de R\$ 6.823 (R\$ 18.237 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 1.599 vencidos e R\$ 605 a vencer.

**(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A remuneração para a Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia (Ata 123 de 10/01/2022).

Remuneração do pessoal-chave da Administração	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração e Encargos	3.934	3.261
Benefícios	266	220

**10. Eventos Subsequentes**

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas. Até o encerramento das Demonstrações Financeiras, não foram identificados eventos que pudessem influenciar ou alterar nas demonstrações.

Diretoria				Contadora			
<b>LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA</b>	<b>KAREN MARIA GROSS LOPES</b>	<b>ROMERO LEITE PIMENTEL</b>	<b>MARCO ANTONIO DO AMARAL SEADI</b>	<b>SANDRO LEITE FURTADO</b>	<b>DIOGO PRESTES IORI</b>	<b>ANDRÉA GONÇALVES ALVES</b>	
DIRETOR-PRESIDENTE	Diretora de Negócios e de Relacionamento com Clientes	Diretor Administrativo-Financeiro	Diretor de Soluções Digitais	Diretor de Sistemas Transacionais	Diretor Interino de Infraestrutura e Operações	CPF 658.564.810-20 CRC-RS nº 076011/O-6	
CPF 220.946.440-49	CPF 533.611.990-34	CPF 723.179.061-53	CPF 729.617.160-04	CPF 035.481.111-81	CPF 015.940.980-26		
Conselho de Administração							
<b>RICARDO NEVES PEREIRA</b>	<b>DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO</b>	<b>AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES</b>	<b>MAURICIO DE ALVES LACERDA</b>	<b>JORGE FERNANDO KRUG SANTOS</b>	<b>VICTOR HERZER DA SILVA</b>		
Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro		

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

AOS DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. PORTO ALEGRE - RS

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.  
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;  
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;  
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;  
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;  
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.

**MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC RS 4632/O  
**DIEGO ROTERMUND MOREIRA**  
Contador CRC RS 68603  
CNAI Nº 1128  
Sócio - Responsável Técnico

>>> Continuação

**PROCERGS**

**CENTRO DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024**

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social e tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2024. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Alan Pena Tosta da Silva  
Conselheiro Fiscal

Porto Alegre, 10 de março de 2025.

Cristiano Martyniak de Lima  
Conselheiro Fiscal

**Jornal do Comércio**

**O CONTEÚDO QUE  
FAZ A DIFERENÇA  
NO SEU DIA A DIA**



Escaneie o  
**QRCode** e  
acesse o  
canal  
do JC



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=wzAjkVqfXcXK86nioaGQBiN4VeAipTEs%2F4IF%2FZ38HsHxkfdM44lfUJ43wmOHxjP>



Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

<https://validar.iti.gov.br>

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil)

Certificado(s)

Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104  
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5  
Data da assinatura: 14/03/2025 00:34:52



Este documento foi assinado digitalmente por:

EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=wzAjkVqfXcXK86nioaGQBiN4VeAipTEs%2F4IF%2FZ38HsHxkfdM44lfUJ43wmOHxjP>